



Educação Ambiental e Democracia Participativa: Implantação da Agenda 21 local em Ijuí, Rs.

Débora Francieli Vercelino da Trindade¹ Francesca Werner Ferreira²

¹ Acadêmica do curso de Ciências Biológicas da UNIJUÍ-Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. deborafrancieli2009@gmail.com

² Orientadora, professora Dr^a do Departamento de Biologia e Química da UNIJUÍ--Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. piscis @unijui.edu.br.

Resumo: A agenda 21 é um programa de ação, baseado num documento de 40 capítulos que constitui a mais ousada e abrangente tentativa de promover o desenvolvimento sustentável, conciliando proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Pode ser implantada em nível global nacional e local, sendo esta última forma, um processo de participação e democracia, com muitos autores sociais, entre eles as ONGs ambientais. O objetivo deste trabalho foi acompanhar a implantação da Agenda 21 local, em Ijuí-RS, avaliar o papel da AIPAN na sua implementação e sensibilização de parceiros, bem como relatar essa experiência para subsidiar a implantação de outros processos, em municípios vizinhos e organizações. Os passos seguidos até o agora foram: 1º passo: Mobilização para sensibilização dos governos e sociedade; 2º Passo: Criação do fórum da Agenda 21 Local e 3º Passo: Elaboração do diagnóstico participativo. Atualmente discute-se e avalia-se o diagnóstico e encaminha-se o 4º passo que é a elaboração do plano local de desenvolvimento sustentável, bem como a sua implementação e futuro monitoramento e avaliação deste. A implantação do fórum da Agenda 21 local, no município de Ijuí é fundamental no processo de construção do desenvolvimento sustentável local para transformar a realidade num cenário desejado por todos e a contribuição da AIPAN e demais ONGs mostrou-se essencial para fortalecer a participação, a cidadania ativa e a formação de sociedades sustentáveis.

Palavras-chave: Agenda 21, desenvolvimento sustentável, ONG.

Área Temática: Educação Ambiental.

Abstract: The Agenda 21 is a program of action, based on a document of 40 chapters which is the most daring and comprehensive attempt to promote sustainable development, balancing environmental protection, social justice and economic efficiency. Can be deployed on a global national and local levels, the latter form, a process of participation and democracy, with many social actors, including environmental NGOs. The objective was to monitor the implementation of Local Agenda 21 in Ijuí RS-evaluate the role of Aipana in its implementation and awareness of partners and report that experience to support the implementation of other processes in neighboring municipalities and organizations. The steps followed up to now are: Step 1: Call for awareness of governments and society; Step 2: Creation of the Forum of Local Agenda 21, and Step 3: Establishment of the participatory diagnosis. Today we discuss and evaluate the diagnosis and forwards to the 4th step is the development of the local sustainable development and its implementation and future monitoring and evaluation of this. The establishment of the Forum of Local Agenda 21 in the city of Ijuí is in the process of building local sustainable development to become reality in a scene desired by all and the contribution of Aipana and other NGOs was essential to strengthen the participation, citizenship active and the formation of sustainable societies.

Keywords: Agenda 21, sustainable development, NGOs.



1-Introdução

Durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como ECO 92 e ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, foi finalizada a construção do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Segundo Czapski (2008) este tratado é referência para quem quer fazer Educação Ambiental em qualquer parte do mundo. Neste evento, 179 países assinaram a Agenda 21 Global, que “é um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual dos atores envolvidos e planeja o futuro de forma sustentável” (SILVA, 2008)

O novo padrão de desenvolvimento idealizado na agenda 21 global é preconizado como: “Desenvolvimento Sustentável resume uma idéia simples: que o progresso da sociedade tem que assegurar a possibilidade da sua continuidade futura pela preservação dos ecossistemas naturais que lhe fornecem recursos” (SILVA e GONÇALVES, 2006). A execução efetiva da Agenda 21, de acordo com Godinho (2009) exige uma reorientação profunda da sociedade, sendo que as mudanças de postura em relação às preocupações ambientais exigem a participação ativa dos cidadãos do mundo, tanto em nível local, nacional e global, buscando desta forma a sustentabilidade.

Baseados na agenda 21 global, os cidadãos podem mobilizar-se e organizar suas agendas 21, nacional e local. No Brasil, em 2002 foi implantada a Agenda 21 brasileira que “conclui a fase de elaboração e marca o início do processo de implantação do projeto que deveria marcar o começo do desenvolvimento sustentável” (LOPES e NAKAZU, 2004). Conforme Malheiros et al. (2008) a Agenda 21 brasileira é um importante documento que subsidia à formulação de políticas focadas no desenvolvimento sustentável, pois incorpora princípios, compromissos e objetivos estabelecidos na Agenda 21 Global, traduzindo-os para o contexto do Brasil.

Quanto à implantação da Agenda 21 local, o capítulo 28 da Agenda 21 global propunha que até 1996, as autoridades locais de cada país deveriam realizar um processo de consultas as suas populações e alcançar um consenso sobre uma “Agenda 21 local” para a comunidade. Além disso, tendo em vista que muitos dos problemas e soluções tratados na agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais deve ser um fator determinante na realização de seus objetivos (CONFERENCIA... 1992).

Em 2002, cerca de um terço dos 5560 municípios brasileiros informou ter dado início ao processo de Agenda 21 local (MALHEIROS ET.AL., 2008). Em Ijuí, RS, esse processo iniciou-se em 2008 pela iniciativa da AIPAN (Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural), juntamente com a 36ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) e SMED (Secretaria Municipal de Educação e Desporto).

A AIPAN, uma organização não governamental (ONG) fundada em 27 de novembro de 1973, após um longo período de inatividade reiniciou suas atividades em 1991 e a partir de então sempre trabalhou em prol da preservação do meio ambiente. Atua no município de Ijuí-RS para proteger e recuperar o ambiente natural e suas variadas formas de vida, utilizando uma abordagem socioambiental e acredita na responsabilidade de todos com a sociedade e a natureza.

A atuação desta ONG na implantação da Agenda 21 local foi de suma importância, pois seus associados foram os que deram início a este processo. Guerra et.al. (2004) preconizam que para desenvolver uma Agenda 21 local “Os protagonistas convocados para esta tarefa são inúmeros: governos centrais, administrações locais, associações, grupos de interesse, ONGs e todos os atores sociais”, porém entre tantos atores destaca-se a atuação das



ONGs ambientais. Segundo Gadotti (2002) essas organizações são cada vez mais reconhecidas como importantes para o projeto, execução e obtenção de bons resultados do desenvolvimento sustentável, pois as mesmas dispõem de ferramentas para a análise e a resolução de problemas e vêm acumulando experiências.

A agenda 21, em seu capítulo 27, trata sobre o fortalecimento do papel das ONGs como parceiros para um desenvolvimento sustentável, pois essas organizações são fundamentais na implementação da democracia participativa, sendo que pela sua credibilidade, desempenham um papel responsável e construtivo na sociedade. Seu papel está centrado no processo de participação democrática, ativismo e mobilização da opinião pública. Dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, há uma clara interdependência entre as diversas áreas de atuação de ONGs. Por exemplo, ações para a recuperação de uma área degradada ou despoluição de um arroio, estão muitas vezes relacionadas à questões sanitárias, de pobreza, de ocupação de áreas de risco ambiental por pessoas em situação de risco socioambiental.

De acordo com a Agenda 21, as organizações não governamentais devem ser reconhecidas como parceiros por serem independentes e acumularem várias experiências nos campos de particular importância para implementação do desenvolvimento sustentável. Desta forma, as ONGs oferecem condições que devem ser utilizadas para fortalecer esforços de realização dos objetivos da Agenda 21.

Tendo em vista a importância da Agenda 21 local, o objetivo deste trabalho foi acompanhar o passo a passo da sua implantação em Ijuí-RS, além de avaliar o papel da AIPAN na sua implementação e na sensibilização e mobilização de parceiros, bem como relatar essa experiência para subsidiar a construção de outros processos, em municípios vizinhos e organizações, tendo em vista que este é um processo democrático, participativo e sem receitas prontas para o seu desenvolvimento.

2-Metodologia

Adotou-se a metodologia qualitativa-descritiva de levantamento, análise e discussão de referenciais bibliográficos contemporâneos sobre os pontos relevantes da temática proposta, bem como participação nas reuniões da AIPAN e do Fórum municipal da Agenda 21 local, acompanhamento das atividades de sensibilização e mobilização da sociedade representada no fórum e posterior relato da experiência de implantação da Agenda 21 local, Ijuí-Rs.

3-Resultados

Para implantação da A21L, foi seguido o “passo a passo” proposto pelo Ministério do Meio Ambiente ”(Passo a passo da agenda 21 local, 2005).

1º passo: *Mobilização para sensibilização dos governos (nos níveis local, estadual e nacional) e da sociedade.* E para dar início ao processo de implantação da agenda 21 em Ijuí, a AIPAN que buscou parcerias com a 36ª CRE, já mobilizada para a construção das Agendas 21 escolares, e além desta, a SMED.

Com esses parceiros, a AIPAN começou seu trabalho realizando oficinas para capacitação e sensibilização de seus associados, além de professores, lideranças locais e comunidade em geral. A partir disso, reuniram-se dados e informações sobre as características básicas dos espaços geográficos do município, foram feitas caminhadas e levantamento dos aspectos positivos, dos projetos, programas e ações voltados para o desenvolvimento sustentável, bem como detecção de problemas prioritários a serem enfrentados.



Paralelamente foram identificadas diferentes instituições representativas da sociedade local, possíveis parceiras na construção do processo de Agenda 21 local, dentre as quais se destacam o Ministério Público Estadual, a Câmara Municipal de Vereadores, Conselho Municipal de Energia e Meio Ambiente dentre outras.

Em março de 2008, promoveu-se o lançamento oficial do projeto, através da palestra “*Educação Ambiental e Agenda 21 em Ijuí*”, evento que envolveu entidades parceiras, poderes públicos bem como equipes diretivas e professores das escolas da redes públicas e privadas do município. A partir dessa atividade foi iniciado o segundo passo na construção do processo da Agenda 21 de Ijuí.

2º Passo: *Criação do fórum da Agenda 21 Local*, para formalizar as parcerias, entre governo e sociedade, oficializando o processo para garantir condições políticas e institucionais necessárias para preparar, acompanhar e avaliar a construção e implementação da Agenda 21 local.

Esse fórum constituiu-se em momentos de formação e capacitação de seus membros e da comunidade, além de ser um espaço democrático de participação dos diversos segmentos da sociedade local. Para isso, foi definido o terceiro sábado de cada mês, como momento de encontro, sempre no mesmo local e horário, e, o mais importante, aberto para toda a comunidade.

As reuniões do fórum, bem como os trabalhos de sensibilização e mobilização dos atores sociais do município, propiciaram diversos momentos de debates e reflexões sobre as questões socioambientais.

Como atribuições do fórum local da agenda 21 têm-se a definição de princípios e premissas a serem seguidos na construção da Agenda 21 local, bem como a seleção de temas prioritários a serem discutidos, capazes de mobilizar a sociedade. Além disso, o fórum deve coordenar a elaboração de cenários futuros desejados levando em consideração diferentes opiniões, conflitos gerados e consensos a serem construídos.

A partir da criação do Fórum da Agenda 21 foi buscado junto ao poder público municipal, a criação da lei que institui o Fórum, sendo esta sancionada no dia 14 de maio de 2009 (Lei Municipal nº 4.990). Após a aprovação da lei, foi feita a eleição da coordenação e vice-coordenação bem como da secretaria executiva, para posteriormente ser elaborado, discutido, votado e aprovado o regimento interno.

Ao longo de 2008, foram realizadas oito reuniões nas quais foram debatidos os seguintes temas prioritários: Resíduos Sólidos, Resíduos Tóxicos e Tecnológicos, Mata Ciliar, Arborização Urbana e Áreas de Proteção Permanente, Produção agroecológica dentre outros. Paralelamente as discussões e debates do fórum aconteceram oficinas, palestras e atividades de sensibilização que auxiliaram na “*elaboração do Diagnóstico Participativo – 3º passo da construção do processo da Agenda 21*”.

É importante salientar que o diagnóstico foi elaborado antes da criação da lei municipal 4.990, da eleição da coordenação e da aprovação do regimento interno do fórum. Isso mostra que independente das “formalidades”, a mobilização social e participação democrática na discussão dos problemas e proposição de soluções, talvez seja a face mais importante de todo esse processo.

A sistematização das informações e dados coletados no primeiro passo, para descrever a realidade local, foi essencial para elaboração do diagnóstico participativo, na medida em que os integrantes do fórum e a comunidade visualizaram as diversas dimensões dessa realidade e “se enxergaram” como atores do processo de construção do diagnóstico, já apontando, muitas vezes, para a solução de problemas.



Dois representantes (do poder público e da sociedade civil) da Agenda 21 de Ijuí, participaram do 2º Encontro da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais-RS (REBAL-RS), em 2008, Gravataí-RS e, a partir de seus relatos, houve a indicação de que o 3º encontro fosse em Ijuí, o que ocorreu em novembro de 2009. Esse evento contou com a participação de mais de 300 pessoas, representantes de processos de agenda 21 de diversos municípios do estado, professores e alunos das redes pública e privada de ensino e comunidade em geral da região. Além disso, houve a participação de representantes de processos de Agenda 21 dos estados do Paraná e Santa Catarina bem como dos governos estadual e federal. Dentre as várias atividades que ocorreram nesse encontro, as oficinas e palestras debateram os seguintes temas: Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar, Redução das Desigualdades Sociais, Cidades Sustentáveis, Educação Ambiental, Gestão de Recursos Naturais.

A construção do diagnóstico foi realizada a partir das reuniões do fórum, oficinas e palestras junto a comunidade e, também por meio eletrônico. Esse primeiro levantamento apontou como prioridades os seguintes problemas socioambientais: água mata ciliar, resíduos sólidos, educação ambiental e urbanização, os quais serão utilizados na elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, o 4º passo na construção.

A partir das discussões ocorridas no 3º REBAL-RS, há indicativos de que os cinco eixos temáticos sejam incluídos como prioritários na reavaliação do diagnóstico, levando em consideração as prioridades apontadas no levantamento inicial. Parte-se agora para a ampla divulgação desta etapa, mostrando a forma participativa de sua construção e que o uso de estudos técnicos combinados a saberes populares na análise dos dados, permitem à comunidade estabelecer indicadores para o acompanhamento do Plano local de desenvolvimento sustentável – 4º passo, a partir do qual é possível medir avanços e mudanças futuras, bem como corrigir rumos e estratégia de ações (PASSO A PASSO..., 2005).

Para consolidar o fórum da agenda 21 em Ijuí, é necessária a construção de mais 3 passos: Elaboração do plano local de desenvolvimento sustentável – 5º passo, implementação do mesmo – 6º passo e, monitoramento e avaliação continua deste – 7º passo.

4-Conclusão

A Agenda 21 de Ijuí, com a participação efetiva da AIPAN na construção do processo em todas as suas etapas, mostrou o importante papel das ONGs na mobilização da sociedade, pela sua independência na discussão e elaboração de propostas para o desenvolvimento sustentável, bem como na fiscalização de sua implantação. Além disso, as ONGs podem oferecer uma rede de parceiros que deve ser utilizada, capacitada e fortalecida para apoiar todos os esforços na construção do desenvolvimento sustentável, ambientalmente saudável e socialmente responsável.

Consolidar o fórum da agenda 21 local é uma tarefa que envolve democracia participativa, sendo também uma forma de fazer educação ambiental em âmbito municipal para construir de forma permanente, novos saberes nas relações homem-natureza-sociedade, em defesa da vida.

“Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz.” (Carta da Terra, 2000)



Bibliografia

AIPAN. [WWW.aipan.org.br](http://www.aipan.org.br) (acesso 12/01/2010)

CARTA DA TERRA. 2000. <http://mma.gov.br/agenda21> (acesso em 12/01/2010)

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO- 3 ed.-Brasília: **Senado Federal** Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília: p. 598, 2001.

CZAPSKI, S. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007**. Brasília, DF: Ministério de Meio Ambiente, (séries desafios da educação ambiental) Brasília: p.290, 2008.

GADOTTI, M. Agenda 21 e Carta da Terra. www.cartadaterra.com.br/pdf/Agenda21_CT_2002 acessado em 26/12/2009.

GUERRA, J; NAVE, J.G; SCHIMIDT, L. Agenda 21 Local: Autarcas, participação e desenvolvimento sustentável, **Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia**, p. 51 a 61, 12 A 15 de maio de 2004.

GODINHO, P.S; Um pequeno passo, uma grande transformação: A importância da agenda 21, **Agenda 21 da Juventude**, Ministério de Meio Ambiente, Brasília: p 12-13, julho de 2009.

LOPES, F.L. S; NAKAZU, L; A importância do trabalho de educação ambiental junto a um grupo de crianças do bairro do Sumaré, Sobral-Ceará, **Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, V.6, n.1, p 61-71, 2004/2005.

MALHEIROS, F.T; PHILIPPI Jr, A. COUTINHO, S.M; Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro, **Saúde e sociedade**. v.17:(1) São Paulo, Jan./Mar. 2008.

SILVA, L.E, Agenda 21 Global: Um estudo acadêmico sobre a importância das Ciências contábeis para o desenvolvimento sustentável. **Anais do 18º congresso de contabilidade**, Gramado RS, p 1-12, 24 a 28 de 2008.

SILVA, N.F; GONÇALVES, V.A; Agenda 21 Local, **cadernos metrópole** V, 14, São Paulo, p. 149-174 2ºsem. 2005.

PASSO A PASSO DA AGENDA 21 LOCAL, **Ministério de Meio Ambiente. Secretaria de políticas para desenvolvimento sustentável**, Ministério de Meio Ambiente, Brasília: p 54, 2005.